

DESEMPREGO NO RURAL SEMIÁRIDO ALAGOANO: A REAFIRMAÇÃO DA “INFANTARIA LIGEIRA DO CAPITAL”

Jaqueline da Silva Lima

*Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal);
jaqueline_lima48@outlook.com*

Resumo: O artigo trata sobre o desemprego no rural que vem sendo agravado com a crise estrutural do capital e o processo de desenvolvimento rural e sua tecnificação nos últimos anos. Sendo o rural semiárido alagoano na maioria das vezes marginalizado e esquecido, percebe-se a necessidade de pesquisar sobre este espaço e sobre este objeto em particular, o qual possui sua originalidade e agrega um desafio ainda pouco estudado. Dessa forma, objetiva refletir a relação entre trabalho e desemprego com o desenvolvimento capitalista, no rural semiárido alagoano, e como este se reafirma como a “infantaria ligeira do capital”. O que fica posto é que o problema do desemprego no rural é de concentração fundiária nas mãos de poucos, ficando a maioria à mercê da sorte, nesse sistema perverso e explorador. Apesar de pouco discutido e problematizado na bibliografia, deve ser considerado que o desemprego no rural reflete-se também no urbano desde de sua gênese, uma vez que o trabalhador do rural migra para a cidade, o que a faz possuir uma grande massa de força de trabalho, porém pouco absorvida, aumentando a pobreza e a violência no contexto urbano. Ou seja, os desempregados do rural semiárido alagoano têm a vida “suspensa por um fio”, vagando de um canto a outro neste imenso país, suportando as tarefas mais pesadas, discriminados, explorados, muitas vezes, suportando até mesmo a escravidão moderna, desprovidos dos mínimos direitos. A única esperança que possuem é não se tornarem mendigos urbanos, condenados a uma verdadeira morte social.

Palavras-chave: Capitalismo, Desemprego, Rural, Semiárido, Alagoas.

INTRODUÇÃO

O trabalho traz o debate do desemprego no rural semiárido alagoano, como uma das contradições do sistema do capital, este que se gesta na busca incessante de acumulação de lucro. Mostrando que a consolidação do capitalismo no campo redefine a estrutura socioeconômica e política pontuando assim, que o desemprego no rural semiárido alagoano é a reafirmação da “infantaria ligeira do capital, pois o trabalhador rural se vê forçado a criar e recriar alternativas que lhe garantam o mínimo para a sua reprodução social, seja permanecendo no rural ou migrando para outros lugares.

O objetivo deste trabalho aparenta ser bastante simples, porém adensa-se ao refletir sobre as relações contraditórias entre capital e trabalho na consolidação do sistema capitalista e suas consequências no espaço rural. Nesse sentido, ao estudar o padrão de acumulação capitalista pretende-se apontar a relação entre acumulação de lucro e desemprego, para assim, entender como o capitalismo adentra e interfere na vida dos trabalhadores do rural semiárido alagoano, sendo necessário retornar às bases que esteiam esta sociedade, sustentada pela

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

presença do latifúndio e da monocultura, aliados à concentração e centralização de terras, como também a exploração extenuante da força de trabalho.

Desta forma, a estrutura linear do artigo perpassa pela metodologia, seguida pelos resultados e discussões que tratará sobre os fundamentos do desemprego no rural, a partir do desenvolvimento capitalista, seguindo a discursão sobre o desemprego no rural semiárido alagoano, este que se mostra naturalizado, ou seja, [in] visibilizado como uma expressão da questão social. Por fim, a quiçá de considerações finais, mostrar-se-á como o desemprego no rural semiárido alagoano necessita ser visibilizado e desnaturalizado para assim conseguir políticas públicas de trabalho e renda, voltadas para apazigua essa problemática.

METODOLOGIA

A metodologia que foi utilizada consistiu em revisão bibliográfica, fundamentada numa perspectiva histórico-crítica dialética, tendo por referencial a teoria marxiana e marxista. Esta permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Segundo Cassab (2007), o materialismo histórico-dialético prioriza a dinâmica das relações entre sujeitos e o objeto de estudo no processo de conhecimento, valoriza os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvela as oposições contraditórias presentes entre o todo e as partes, reconhecendo a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas e peculiaridades que a compõem.

FUNDAMENTOS DO DESEMPREGO NO RURAL

Para compreender como se deu o processo do desemprego no espaço rural brasileiro, apresenta-se como este se constitui dentro do processo de acumulação primitiva do capital. Este, de acordo com Marx (1984), ocorreu por meio da subjugação, do assassinio, do roubo e da violência, o que irá obrigatoriamente separar os meios de produção das mãos dos produtores, como forma de garantir a acumulação e a valorização do sistema capitalista que surgia naquele momento.

O desemprego no rural se fundamenta na chamada acumulação primitiva do Capital, que surgiu com a expropriação dos trabalhadores de suas terras, num processo que lança ao mercado de trabalho os “proletários livres como pássaros” (MARX, 1984, p. 263). E se consolida com a *Lei Geral de Acumulação Capitalista* (MARX, 1984), a qual controla e

influencia as relações de trabalho. Estas regidas através da composição orgânica do capital¹, da centralização e concentração do capital e das modificações que ele sofre no transcurso do processo de acumulação, os quais são fatores importantes para desvendar esse modo de produção, como também são decisivos na investigação sobre o desemprego.

É a mudança na composição orgânica do capital e a busca incessante pela acumulação, que geram o exército industrial de reserva (aumento do capital constante e decréscimo do capital variável), fazendo surgir uma massa de trabalhadores não empregada. Esta se “torna a mais nova e poderosa alavanca da acumulação capitalista” (MARX, 1984, p. 200).

No rural se expressa como superpopulação latente, aquela que provém do momento em que o capitalismo se apodera da agricultura e que tende a promover uma demanda decrescente absoluta de força de trabalho (MARX, 1984). Assim sendo, esta população sofre uma repulsão não acompanhada na mesma medida de maior atração “encontrando-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro” (MARX, 1984, p. 208). Isso os obriga a se submeter a outras formas de trabalho que diferem das formas do trabalho realizado no rural.

Essa é a população nômade, que representa “a infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora lança neste ponto, ora lança naquele” (MARX, 1984, p. 224). Ou seja, esse trabalhador foi expropriado de suas terras e migrou para a cidade, onde foi explorado pelo capital com uma condição ainda pior que os proletários da cidade, pois o trabalhador migrante ficava na linha de frente das atividades mais degradantes do capitalismo, porém necessárias para a acumulação.

Com isso elucida-se o processo de apropriação privada da terra que se constituiu numa das primeiras formas de desemprego no campo, com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, tornando a força de trabalho mercadoria, somada à concentração de terras e à introdução da maquinaria. Para isso, é necessário a contradição fundamental da dinâmica do capital: produzir riquezas na mesma proporção que produz miséria e pobreza.

O DESEMPREGO NO SEMIARIDO ALAGOANO: A REAFIRMAÇÃO DA INFANTARIA LIGEIRA DO CAPITAL

Após a explicitação dos fundamentos do desemprego no item anterior, buscam-se, neste item, as particularidades do desemprego no rural semiárido alagoano. Importa esclarecer

¹ Capital constante e capital variável ((MARX, 1984, p. 187).

que para Oliveira (2007), compreender o desenvolvimento capitalista no rural sempre foi tarefa difícil e complicada, não apenas pelas discordâncias entre autores que os discutem, mas também pela pouca bibliografia referente ao objeto exposto².

Para a compreensão do desemprego no rural semiárido alagoano não há um conceito direto e acabado, pois remete a um contexto histórico cultural e seus determinantes. Lusa (2013) analisa o rural alagoano como a diversidade de organização econômica, política, social e cultural. Com efeito, evidencia-se a produção de um vasto tecido de desigualdades sociais, pobreza, miséria, e conseqüentemente o desemprego.

Os diversos rurais alagoanos³ se diferenciam e concomitantemente se configuram no mesmo patamar da desigualdade e submissão à classe dominante. A qual possui uma estrutura social extremamente desigual e fundamentada na violência e na exploração da força de trabalho. Esta estabelece como relação social a produção e a reprodução da dominação “coronelista”, observadas nas fazendas e latifúndios. Uma realidade verificada desde o início da ocupação territorial alagoana, que ainda hoje persiste em suas terras. Como afirma Lusa, “a formação social alagoana, como também a brasileira, foi escrita em função dos interesses da classe dominante” (LUSA, 2012, p. 97). É a classe dominante do latifúndio e da pecuária que dita o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores alagoanos. Caracterizando o rural contemporâneo de Alagoas como:

[...] a grande propriedade; a monocultura; a violência nas relações sociais e políticas; as desigualdades de classe; os conflitos e lutas de classe e a marginalidade conferida à agricultura de subsistência. (LUSA, 2012, p. 111).

O mandonismo e o coronelismo ainda são reinantes no rural alagoano em plena segunda década do século XXI, e implica na maior propagação do desemprego no semiárido, pois é uma relação sociocultural que designa as relações de produção e reprodução do capital nessa região. Duarte (2014) observa que os sujeitos do espaço rural alagoano que não estão inseridos nos poucos trabalhos formais encontram-se nalgum tipo de ocupação no ambiente rural; quando possível, migram para outras cidades, ou estados, em busca de emprego, pois o que recebem nas suas ocupações não se mostra suficiente para suprir o mínimo de suas necessidades.

Assim, o que difere as mesorregiões (Zona da Mata, Litoral e Semiárido) do rural de Alagoas é o modelo de produção: no Litoral e na Zona da Mata possuem características

² Refere-se ao desemprego no rural propriamente dito.

³ Segundo o IBGE (2010), esta é a divisão geográfica de Alagoas por mesorregiões: Litoral, Zona da Mata e Semiárido (Agreste e Sertão).

semelhantes, pois estão no mesmo contexto social da monocultura da cana-de-açúcar, vivendo tão só para a reprodução do trabalho; já no Semiárido há uma maior diversificação da produção agrícola ou familiar, com destaque para o cultivo da mandioca e, posteriormente, a produção de farinha, como também o cultivo de frutas, verduras e a criação de animais de pequeno porte (CENSO AGROPECUÁRIO 2006), da criação de gado, que por sua vez constitui um retrato da realidade “agrestina”⁴ e sertaneja. Esta se diferencia da litorânea e da Zona da Mata pelo fato da menor existência do latifúndio, pois no Semiárido a população possui algum “pedacinho de terra” (minifúndios) onde planta para seu próprio consumo (agricultura de subsistência), mesmo não cobrindo totalmente suas despesas. Porém, ambos no mesmo contexto do mandonismo e submissão, vivem a opressão e a naturalização da negação dos direitos trabalhistas, de postos de trabalho.

Marx (1984), afirma que o desemprego no espaço rural, na forma de exército industrial de reserva, explicitado através da superpopulação latente, é a causa das migrações para a cidade, aquela que provém do momento em que o capitalismo se apodera da agricultura e que tende a promover uma demanda decrescente absoluta de força de trabalho. Assim sendo, a população trabalhadora rural sofre uma repulsão não acompanhada na mesma medida de maior atração, ou seja,

[...] seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abrirem excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 1984, p. 208).

Esta é a população nômade; “ela é a infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora lança neste ponto, ora lança naquele. Quando não em marcha, ‘acampa’. O trabalho nômade [...] é a coluna ambulante da pestilência” (MARX, 1984, p. 224). Ou seja, esse trabalhador desempregado migrou para a cidade, onde foi explorado pelo capital com uma condição ainda pior que os proletários da cidade, pois o trabalhador migrante está na linha de frente das atividades mais degradantes do capitalismo, porém necessárias para a acumulação. Atualmente não se vê o contrário nas migrações dos trabalhadores do semiárido alagoano, os quais em sua maioria vão trabalhar nas grandes fazendas do centro-sul ou nas construção civil do sudeste, esvaziando assim o semiárido de Alagoas. Comprovando dessa forma que:

A constante migração para as cidades, a constante “produção de redundância” no campo pela concentração de arrendamentos, a transformação de lavouras

⁴ Denominação da mesorregião do Agreste alagoano.

em pastagens, maquinaria etc., e a constante evicção da população rural marcham juntas. Quanto mais vazio de gente o distrito, tanto maior sua “superpopulação relativa”, tanto maior sua pressão sobre os meios de ocupação, tanto maior o excesso absoluto do povo no rural em relação a seus meios de ocupação, tanto maior, portanto, nas aldeias, a superpopulação local e o empacotamento mais pestilencial de seres humanos. (MARX, 1984, p.245).

É o que observamos na dinâmica territorial brasileira, a partir de estudos do Dieese (2014), que em 1950 a população residente no rural era de 63,8%, demonstrando a superioridade ainda reinante do campo para a cidade. Porém, com as constantes investidas do capital no meio rural e as migrações da população do campo para a cidade, em 1970 a população urbana se torna majoritária sobre a população rural. Em 1980 o rural possuía apenas 32,3% da população total brasileira. A estimativa para 2050 é de apenas 8% da população total brasileira residente no rural. Admitindo a premissa de que tanto maior o esvaziamento do campo, maior sua “superpopulação latente” (MARX, 1984, p. 208).

Segundo o Dieese (2014), chegam a 77,1% a informalidade no meio rural, trazendo com ela todas as mazelas oriundas da relação capital e trabalho. O qual também acarreta o fenômeno do desemprego, como afirma Santos (2012), quanto maior a informalidade maior a probabilidade de repulsa dos postos de trabalhos. Neste contexto, o desemprego é [in]visibilizado e o desempregado é marginalizado pela população, é naturalizada sua condição, e não visto como uma vítima do sistema capitalista, uma expressão da “questão social”, decorrente das relações de produção e reprodução do capital em seu desenvolvimento massivo.

Com o semiárido industrializado, a mão de obra de que o capitalista necessita é em pequena proporção, e aquela população sobrando, que não é absorvida pelo sistema, migra para outros lugares, tornando-se assim uma população desempregada. É dessa forma, que o desemprego se gesta no rural semiárido alagoano, devido à introdução do processo de desenvolvimento capitalista no rural, com a terra transformada em mercadoria, a introdução das maquinarias na produção agrícola e a concentração de terras para servir ao desenvolvimento do capital; este se mantém desigual, contraditório e solapador dos direitos dos homens e das mulheres.

Desta forma, o desemprego não pode ser analisado como algo natural, ocasional ou conjuntural, mas como um fenômeno social e historicamente determinado. Por isso, o desemprego do semiárido rural alagoano deve ser visto “[...] como um aspecto do processo de integração de contingentes populacionais crescentes a um sistema capitalista-industrial e que só pode ser entendido como parte de um conjunto de transformações que afetam, embora de

modo desigual, tanto o campo quanto a cidade” (DURHAM, 1984, p. 214 *apud* MEDEIROS, 2014, p. 50).

Assim, percebe-se que o desemprego que se gesta no espaço rural semiárido alagoano não difere do urbano; ambos são decorrentes do modo de produção capitalista. Como pontua Marx (1984), no processo de crescimento do capital estão contidas as determinações essenciais que interferem decisivamente sobre a vida da classe trabalhadora, que se converte num exército industrial de reserva pertencente ao capital, sempre à sua disposição, colocando o material humano apto a ser explorado.

Esses trabalhadores desempregados tornam-se clandestinos no próprio país e são despachados como mercadoria barata, segundo Silva, M. (2010). Constituem o entorno do quadro da miséria do mundo, quando partem, acossados pela fome e pelo desespero; e se não são absorvidos pelo mercado de trabalho, regressam mais miseráveis ainda. Pois “quando partem, nutrem a esperança de melhores dias, possuem algum fulgor na alma. O regresso forçado imprime-lhes a miséria da alma, amplia o estado de alienação em que vivem, estampado em suas faces uma única certeza, a de sobranter” (SILVA, M., 2010, p. 53).

São, de fato, estrangeiros no seu próprio país. Os desempregados do rural semiárido alagoano têm a vida “suspensa por um fio”, vagando de um canto a outro neste imenso país, suportando as tarefas mais pesadas, discriminados, muitas vezes, suportando até mesmo a escravidão, desprovidos dos mínimos direitos, inclusive do direito de ir e vir. A única esperança que possuem é não se tornarem mendigos, condenados a uma verdadeira morte social.

O que fica posto diante dessa reflexão é que “analisar o mercado de trabalho rural é revelar um mosaico de relações sociais que permeiam o campo brasileiro desde o final do século XIX e que são desafios para a construção de uma agenda de políticas públicas dirigida para superá-los” (DIEESE, 2014, p. 2), pois ainda faltam políticas específicas que sirvam de suporte e incentivo aos trabalhadores rurais em situação de informalidade e desemprego. As políticas de emprego, moradia, saúde, educação e qualificação são de difícil acesso para os trabalhadores rurais, e muitas vezes inexistentes; em sua maioria, são apenas focos assistencialistas para manter o trabalhador vivo e contribuinte da lógica do capital, preservando a concentração de renda.

O desemprego no rural semiárido alagoano não é evidenciado como uma expressão da questão social pelos órgãos responsáveis, e sim “[in]visibilizado” por uma busca incessante de lucro, a qual é legitimada pela *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, reafirmando assim que os

desempregados do rural semiárido alagoano são também pertencentes a “*infantaria ligeira do capital*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fica posto diante dessa reflexão é que o desemprego no rural semiárido alagoano é gerado no mesmo processo da produção de riqueza do grande proprietário da fazenda e da monocultura. Isto ocorre pelo fato de a economia rural ser regida pelo padrão de acumulação capitalista, no qual o trabalhador, através de sua força de trabalho, agrega valor à produção, tornando possível a acumulação do capitalista.

Apesar de pouco discutido e problematizado na bibliografia, um segundo ponto a ser considerado é que o desemprego no rural, reflete-se também no urbano desde de sua gênese, uma vez que o trabalhador do rural migra para a cidade, o que a faz possuir uma grande massa de força de trabalho, porém pouco absorvida, e quando é, são para os piores postos de trabalho, ou seja, vão ser a “*infantaria ligeira do capital*”, aumentando a pobreza e a violência no contexto urbano.

Esta é uma realidade tendencialmente posta pela necessidade do controle do capital sobre o trabalho. Deste modo, o capital, com seu domínio de expansão e acumulação no rural, investe mais intensamente em capital constante (meios de produção) que em capital variável (força de trabalho), gerando assim um contínuo aumento de pessoas desempregadas nesse ambiente. A força de trabalho que ainda permanece no meio produtivo rural é intensamente explorada para garantir o lucro do capital, que no campo é identificado como capital agrário.

Assim, o desemprego no rural semiárido alagoano possui alta funcionalidade, pois equilibra o valor pago aos trabalhadores que permanecem no espaço rural alagoano, sendo regulado pela ação do mercado, com a intervenção mínima do Estado neoliberal, que em nada alteram os efeitos da contradição entre capital e trabalho.

Logo, o que se infere é que o problema do desemprego no rural semiárido alagoano, é de concentração fundiária nas mãos de poucos, como assinala Albuquerque (2013), o problema não é a *seca* e sim a *cerca*, necessitando de uma política de reforma agrária que se efetive neste espaço, para poder dar visibilidade ao desemprego enquanto expressão da questão social, visando assim a permanência dos sujeitos agrestinos e sertanejos no seu habitat de origem, mas para isso precisa de políticas públicas de trabalho e renda voltadas para essa população do semiárido alagoano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. F. de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. In: **Rev. Katálisis**. Florianópolis. v. 10. n. esp. p. 55-63. 2007.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. / DIEESE – São Paulo, 2014.

DUARTE, K. A. **Modo de vida e de trabalho camponês no semiárido alagoano**: identidade e resistência UFAL. *Campus* Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 2006**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2018.

LUSA, M. G. **A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUSA, M. G. O rural no semiárido e a formação sócio-histórica de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013, p. 235-257.

MARX, K. **O capital**. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, L. C. **Pauperização e migração no campo**: efeitos do capitalismo em Alagoas. UFAL. *Campus* Arapiraca. Unidade E. de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: **O avesso do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.